
NOTAS SOBRE A SOCIEDADE CIVIL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

José Adelson da Cruz*

Resumo: Nosso objetivo, dentro dos limites e espaço de um artigo, é compreender como a luta pela expansão da escola pública brasileira deu sentidos as ideias de cidadania, democracia e sociedade civil, hoje, tão presentes nos discursos, documentos e práticas político-pedagógicas tanto de governos, como de organizações sociais e dos meios de comunicação em geral. Trata-se de enfrentar um paradoxo: uma questão tão ampla, como a prestação de serviços e bens públicos ofertados, pela “sociedade civil” à educação corresponder a um pequeno e de certo modo marginal conjunto de estudos e pesquisas de dois campos do saber que se inter cruzam: a educação e a sociologia.

Palavras-chave: Sociedade civil; Lutas pela educação; Cidadania e; Democracia

De algumas décadas para cá, em um contexto de multiplicação das organizações sociais brasileiras, sobretudo urbanas, adquiriu grande visibilidade, o termo “sociedade civil” que irrompeu no cenário público e passou a frequentar com assiduidade as discussões de cientistas sociais, políticos, jornalistas e intelectuais ao tratarem da situação política e social do Brasil de hoje. Poucos temas estão tão presentes na atual discussão sobre governabilidade, violência e democratização quanto o da participação social da sociedade civil na condição de parceira do Estado na condução de políticas públicas, ou mesmo como substituta deste, em áreas específicas, mormente nas que se destinam as políticas sociais.

Na América Latina e, sobretudo, no Brasil, a questão toma contornos particulares, pois até 40 anos atrás era consenso entre os estudiosos a ideia de que o país sofria os efeitos de sua gelatinosa sociedade civil. Juntava-se a isto a percepção de que a cidadania era uma noção muito distante do cotidiano das populações. Duas razões colaboravam para tal

consenso. A primeira que a própria fragilidade ou quase ausência de sociedade civil dizia respeito ao surgimento das metrópoles, muito mais pela imigração de populações em busca do trabalho do que por qualquer outra característica, portanto, havia muito pouca organização a ser analisada. A segunda razão tratava do papel de centralidade que o Estado ocupou na reflexão sobre a América Latina, nas décadas de 1950 e 1960, como o promotor do desenvolvimento econômico e, posteriormente, como motor da modernização e garantidor do processo de redemocratização, bem como o possível criador da sociedade civil.

Antes de tudo, creio que uma decantação do termo se faz necessária, pois, como costuma ocorrer com os conceitos que caem no domínio público, também o de “sociedade civil” vem se prestando aos mais diversos usos, o que ocasiona certa diluição retórica de sua especificidade – seu sentido analítico-político-teórico da dialética sociedade política e sociedade civil. Assim, o que têm sido chamados de sociedade civil são as redes de organizações não governamentais, fundações e instituições sem fins lucrativos, também Terceiro Setor o “não mercado nem Estado”. Redes identificadas a partir de interesses particulares norteados pelo mercado. É claro que, em tese, todas elas podem ser, por uma ou outra razão, classificadas como sociedade civil, na medida em que se constitui em uma ideia demasiadamente empírica e se mantém muito próxima da linguagem dos atores políticos. Na acepção de Gramsci, como o mundo do privado e universo das organizações de interesses particulares.

A ideia de sociedade civil, entre nós, aparece no regime militar como um projeto político, ou representa uma plataforma de sustentação fundamental para a oposição ao Estado autoritário, fundada nas bandeiras de democratização da sociedade, justiça social e cidadania. No plano da política, tanto no Leste Europeu – cujo termo aparece como criação do espaço público elaborado por Habermas e Arendt – tanto na América Latina, a experiência de transição nas quais os movimentos sociais e iniciativas de organizações foram muito ativos nos ensinou que a sociedade civil não foi capaz, por si mesma, de realizar sozinha uma mudança de regime, tanto no âmbito de uma estratégia de mudança limitada quanto no de uma estratégia revolucionária. O que nega sua virtuosidade na consolidação da cidadania plena e dos direitos.

Nesses termos, observa-se que as ações desenvolvidas pela sociedade civil não traz a dimensão política contra a privatização, mas o estreitamento e a destruição dos recursos políticos e sociais que permite a uma sociedade, o viver em conjunto. Nosso objetivo é apreender

como os movimentos populares na luta pela expansão da escola pública brasileira deram sentidos as ideias de cidadania, democracia e sociedade civil, hoje, tão presentes nos discursos, documentos e práticas político-pedagógicas tanto de governos, como de organizações sociais e dos meios de comunicação em geral, como o termo sociedade civil. Trata-se de iniciar a enfrentar um paradoxo: uma questão tão ampla, como a prestação de serviços e bens públicos oferecidos pela “sociedade civil” à educação corresponder a um conjunto de estudos e pesquisas ainda pequeno e de certo modo marginal aos dois campos do saber que aí se encontram: a educação e a sociologia.

A LUTA PELA EXPANSÃO DA ESCOLA PÚBLICA E A SOCIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Os moradores dos bairros populares, nas grandes cidades brasileiras, nos anos 1970, emergem como sujeitos importantes na luta pelo acesso à escola. As associações de vizinhos, comunidades, ou a sociedade amigos de bairros – hoje, Associação de Moradores –, consolidam-se como interlocutores frente a políticos e autoridades, reivindicando demandas diversas com destaque para a escola. Assim, os conflitos na esfera da reprodução social têm as reivindicações pelo acesso à escola, como central no conjunto das lutas populares que pontuam o processo de urbanização vivido pelos trabalhadores, tratado pela literatura de movimentos populares.

A marca maior desse período diz respeito ao estreitamento das relações entre escolas e bairros que extrapolavam as dinâmicas próprias do processo escolar. Alguns autores apontaram a influência dos movimentos comunitários dos anos 1980, nos processos que acabaram por desembocar em uma infinidade de experiências e de participação política. Observa-se assim, uma tendência de identificar nos movimentos sociais, a partir das práticas, representações simbólicas e políticas da década de 1980, bem como pela presença de uma rede associativa de base comunitária, com ênfase na noção de sociedade civil. Essa tendência merece e necessita passar pelo crivo de interrogações críticas, especialmente porque, com frequência, acabam por despolitizar referencial teórico que no Brasil, ganhou o centro das discussões nas Ciências Sociais, sobretudo nas lutas contra a ditadura militar.

Pesquisas (SPOSITO, 1984; BEISIEGEL, 1964; PAIVA, 1980; CAMPOS, 1982; GOHN, 1985) permitiram uma maior aproximação com

os movimentos populares. Indicam como figuras centrais as mulheres, donas de casa e mães, às mesmas privadas de instrução que se puseram em ação. Processo de luta no qual tudo necessitava ser duramente conquistado: primeiro as salas de aula de emergência, funcionando em espaços cedidos do bairro; depois a construção provisória de barracões, o prédio definitivo; a escola noturna; a contratação de professores e funcionários são objetos de luta. Uma luta permanente para que o espaço físico fosse construído e depois para que funcionasse; para que chegue a merenda, enfim para que a escola funcionasse.

É de suma importância destacar que a luta e a conquista da escola no bairro possibilitou, efetivamente, legitimar a posse da terra, consolidando ocupações e loteamentos clandestinos. Isto porque para o pleno funcionamento da escola é necessário que se faça presente também a água, a luz, a coleta de lixo e a linha de ônibus, bem como melhorar a calçamento das ruas, a segurança e assim por diante. Portanto, a demanda por escola se articula com as demais reivindicações dos trabalhadores, expressando as contradições da urbanização capitalista. Esses elementos ligados ao caráter educativo dos movimentos merece um maior aprofundamento, para apreendermos a parceria entre escola pública e sociedade civil, no século XXI.

Em acordo com o exposto, o saber se processa na própria experiência de luta, sem lugares específicos para transmissão do saber, isto é, vive-se o ensinar e o aprender, não necessariamente vinculados à escola, embora não prescindindo dela. Cabe destacar que a escola passa a ganhar importância valendo-se da conscientização dos trabalhadores sobre a necessidade da educação formal para a vida e para a própria luta. Ou seja, emerge o desejo de uma escola vinculada às necessidades e aos desafios da luta pelas transformações sociais mais amplas do país. A educação apresentou-se como forma de aprendizagem aos participantes dos movimentos, como efeito pedagógico multiplicador que espalhou ações coletivas por todo o país, colocando demandas específicas dentro e fora da instituição escolar, o que implica dizer que os movimentos sociais possuem caráter educativo, percebido pelos envolvidos e pela sociedade como um todo. Os resultados das situações de aprendizagem traduzem-se em modos e formas de construção da democracia brasileira e lastros da nossa cultura política.

Na academia, o reconhecimento de que estas manifestações coletivas não podem ser facilmente incorporadas a um partido revolucionário levou a uma primeira reinterpretação de seu sentido político.

De um lado, os que haviam assinalado seu caráter limitado, reacionário ou reformista. De outro, os que, perplexos, começaram a reconhecer a urgência de olhar com mais profundidade o interior destes movimentos, para poderem, assim, descobrir sem preconceitos suas potencialidades e limitações, historicamente contextualizadas.

A nova orientação começou a identificar os movimentos sociais como as “novas formas de fazer política”. No entanto, o tema da centralidade do Estado, como protagonista, continuava sendo o ordenador das análises e do pensamento interpretativo. Foi, também, o momento de repensar os movimentos sociais em outra perspectiva. Não se trataria apenas de novas formas de fazer política, mas também de novas formas de relações e de organização social. O que se estaria transformando ou engendrando era uma sociedade civil – nesse momento entendida como movimentos –, mais do que uma política nova. Surge a ideia de sociedade civil e os movimentos populares como expressão da mesma.

O significado e interesse analítico ao pesquisar os movimentos sociais passaram a ser as evidências de transformações profundas da lógica social. O que estava em questão era uma nova forma de fazer política e uma nova forma de sociabilidade. Porém, mais profundamente, o que se intuía era uma nova maneira de relacionar o político e o social, o mundo público e a vida privada, na qual as práticas sociais cotidianas se incluem junto, e em direta interação com, o ideológico e o institucional-político. O importante, naquele momento do desenvolvimento da teoria, era reconhecer um campo aberto e refletir sobre as condições da vida social e política. Isto porque, a ofensiva ideológica e repressiva do regime autoritário teve efeitos importantes nas redefinições da relação entre o público e o privado, assim como na perspectiva interpretativa das ciências sociais.

Estes estudos sobre movimentos sociais aparecem no momento em que as reformulações marxistas estavam sendo valorizadas. No campo político estas revisões encontram toda sua força na Europa, sobretudo na França, se iniciava uma reflexão pioneira sobre os contextos políticos urbanos e os movimentos sociais. A contradição capital-trabalho alargou-se para conter a problemática das reivindicações urbanas e para acolher os movimentos sociais. Autores como Touraine, Offe, Castells e Lojkin influenciaram enormemente e são constantemente citados em todos os trabalhos. Entretanto, este quadro teórico, amplamente compartilhado, nem sempre foi fiel aos seus inspiradores. Alguns pontos foram retomados, enquanto outros foram negligenciados nas análises.

Assim, na década de 1980 produziram-se estudos centrados, precisamente, na emergência dos movimentos sociais como novos sujeitos sociais capazes de revitalizar a ação social para além do rígido modelo prescrito pela luta de classes (SADER, 1988), bem como a forma política por excelência de exprimir a insatisfação de diferentes segmentos da sociedade perante a política dos militares. Em suma, os movimentos sociais como i) sujeitos capazes de revitalizar a ação política, ii) forma por excelência de expressão das tensões entre sociedade e Estado, iii) atores fundamentais para a democratização da sociedade brasileira. Com base nesses pressupostos criou-se um consenso sobre as potencialidades dos movimentos que têm conduzido, às vezes, á superestimação dos movimentos sociais como sujeito principal para a produção e reprodução da sociedade, o que contrasta com a crescente normatização e institucionalização da sua existência na vida social e política.

Por sua vez, Cruz (2008) assinala que o espaço da escola não só se instituiu, como local destinado ao ensino. O prédio escolar foi muitas vezes o único local disponível no bairro, para reuniões, festas e até mesmo para curso de adultos organizados pelas lideranças políticas, religiosas e sindicais. Até hoje é na escola que se abrigam as vítimas das enchentes e dos desabamentos, bem como é o local de vacinação e votação nas eleições. A escola também é utilizada pelas imobiliárias para atrair novos moradores para o bairro. Assim, na luta pela escola há nexos e tensões que não muda, repete-se com novos personagens e em novos espaços. Há uma parte da reivindicação que se alarga incluindo novas demandas que se somam à anterior, percorrendo às vezes caminhos semelhantes a outras mais antigas. Vale dizer que, a reivindicação que hoje se registrar pela educação superior se assemelha àquela que existia pelo ensino primário, ginásio e secundário, em décadas anteriores.

Em regra, nos debates da pedagogia predominavam os mesmos princípios que norteavam as lutas e organizações dos trabalhadores que reivindicavam autonomia frente ao capitalismo de Estado. Portanto, se fazia urgente a necessidade de tirar o excessivo controle da escola das mãos do Estado, visando que a educação formal pudesse exercer seu papel na construção de uma sociedade “mais justa e igualitária”. Para tanto, as escola deveriam construir um projeto pedagógico autônomo e articulado as luta políticas, como forma de romper com o tecnicismo, o racionalismo, a divisão técnica do trabalho – separação entre quem pensa e quem executa –, em resumo, com a fragmentação do conhecimento.

Nesse sentido, gestão escolar, conselho escolar, eleição de diretores e projeto político-pedagógico aparecem como possibilidades efetivas de

se romper com a tradição centralizadora, burocratizada e antidemocrática de administração, planejamento e avaliação no âmbito educacional. A partir da década de 1990, gestão escolar, conselho escolar, eleição de diretores e projeto político-pedagógico, endossados pela formação de professores, currículos e avaliação são temas muito presentes na educação, margeando especialmente os campos ligados às Políticas Educacionais e à Legislação Educacional. Cabe refletir a relação entre as demandas pautadas pelos movimentos sociais para escola e suas materialidade nas políticas e legislação educacional, objetivando discutir as ideias de democracia, de qualidade e cidadania predominantes hoje na atuação de gestores, professores, técnicos administrativos, alunos e pais.

Ao mesmo tempo em que a luta pela escola ganhava corpo e forma na sociedade brasileira, nos anos 1980, as esferas privada e pública se confundem nessa prática e, aos poucos, lideranças vão se afirmando e se articulando para além das fronteiras dos bairros. Há uma rejeição as práticas clientelistas, o que não quer dizer que não se jogue com o interesse de alguns políticos e autoridades, quando isto é julgado útil. Nesses termos, os movimentos se constroem em um processo descontínuo e assistemático, porém sempre sobrevivente, de mobilização.

Nesse processo, a reação da população à falta de vagas e à precariedade das escolas manifesta-se tanto em movimentos dirigidos ao Estado, como também na adesão a programas de mutirão, quando os pais colaboram com trabalho voluntário nas horas de folga. Vários tipos de autoajuda – mutirões, campanha para angariar fundos, organização de creches comunitárias, escolas conveniadas – possibilitaram por um lado, o desenvolvimento de uma nova cultura política entre os participantes, o que contribuiu para reforçar a identidade coletiva e, portanto, para o processo mais geral de conquista dos direitos políticos e sociais. Por outro lado, o conceito de sociedade civil, aos poucos, perde sua dimensão política, se reduziu a participação social induzida por uma infinidade de interesses particulares.

A atuação dos movimentos sociais ligados a educação constituiu-se em expansão dos direitos educacionais desde início dos anos 1980. A vitória da oposição em algumas capitais abriu espaços para as participações “comunitárias” e novas propostas no campo organizativo e pedagógico foram implementadas pelas chamadas Administrações Democráticas do Campo Popular, bem como a organização sindical de trabalhadores da educação. Isso ocorreu em várias situações, visando atender as demandas populares nas gestões do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Podemos citar como exemplos a luta por uma escola de qualidade; a luta por creches e depois educação infantil; por eleição direta para diretores das escolas públicas, naquele momento como ato indispensável para a construção de um projeto democrático de escola, assim como a criação dos conselhos e a gestão participativa, bandeiras de luta reconhecidas na Constituição Federal de 1988. Emerge, portanto, a sociedade civil.

O certo é que, as respostas do Estado não mudaram muito. As mesmas táticas de empurra-empurra entre órgãos, entre unidades federativas e instâncias diversas, assim como apelo a soluções que implicam divisão de responsabilidade com a sociedade são utilizadas. O que muda, em relação às décadas anteriores, é a prática dos movimentos populares e sociais. Hoje, se enfatiza a participação social, diferentemente da participação política que não se trata de participar de um poder, como ator e excluído, mas de ter um poder.

Na base dessa nova dinâmica, localizava-se a crise do modelo comunitário, forjado pela ação católica, a emergência de um modelo mais institucional e propositivo do novo associativismo e maior estreitamento com os aparelhos de Estado. Consubstancia-se, com base nessa concepção, a cooptação do movimento social - caráter institucional e temático - e, conseqüentemente, uma maior especificidade de ações e o descolamento da ação social e política para o campo da gestão. Nesse percurso, efetivou-se o “fim da era dos movimentos sociais” e o aprimoramento nas relações entre ONGs, Estado e conselhos gestores nos diferentes campos das políticas públicas. “[os movimentos sociais] se atiraram na tarefa de formalizar as estruturas de gestão pública participativa conquistadas na Constituição de 1988. Mas, a partir das estruturas criadas e com a eleição de Lula (o ícone do ideário dos anos 80), suas lideranças subsumiram à lógica do Estado”. (RICCI, 2010, p. 15)

Os movimentos sociais motivados ou premiados pelas exigências constitucionais, pelos convênios com órgãos federais, Ministério Público, os vários mecanismos de gestão participativa na deliberação de políticas locais estão “amarrados”. Os movimentos sociais estão todos nesses conselhos e nas novas estruturas de gestão pública. Ao ingressarem no mundo e na lógica do Estado, poderiam construir uma nova institucionalidade pública. Porém, foram engolidos pela lógica da burocracia pública. Desse modo, a sociedade civil passou a ser organizações executoras de bens e serviços sociais.

A redefinição do Estado, a partir dos anos 1990 e de suas relações com a sociedade configura simultaneamente dois processos: a) incorpora-

ção pelo setor privado de parcela da produção de bens e serviços públicos antes de competência do Estado; e b) emergência de um setor público *não estatal*, o Terceiro Setor. (PERREIRA, 1998). Seus desdobramentos efetiva o que Claus Offe (1984) chama de a “estatalização” da sociedade civil. Uma sociedade tutelada pelo Estado ao transforma os movimentos sociais e organizações civis do Brasil em reféns do Estado.

Origens e sentidos da sociedade civil brasileira: filantropia do social ou expansão dos direitos políticos e sociais?

Para Costa (2002) a difusão do conceito de sociedade civil no Brasil coincide com a resistência ao regime militar, ocupando nesse contexto uma função mais propriamente político-estratégico que analítico-teórico. “A utilização da expressão civil nesse caso remete-nos ao sentido colocal do termo, como não militar, estabelecendo uma linha divisória entre a sociedade (civil) e o Estado (militar)”. (COSTA, 2002, p.55)

Como concepção política, a ideia de sociedade civil, no final dos anos 1970, representa uma plataforma de sustentação fundamental para o projeto de oposição ao regime militar. Nesses termos, não cabiam especulações sobre a existência de uma sociedade civil no Brasil, buscava-se um marco conceptual capaz de dar suporte à organização da resistência contra os militares. (WEFFORT, 1988)

Ainda, segundo Costa (2002), no período militar se articula teoricamente uma linha marxista de interpretação do conceito de sociedade civil, fundada no pensamento de Gramsci. A partir da leitura de Gramsci, efetivada por Carlos Nelson Coutinho, constitui-se, no limiar dos anos 1980, uma influente linha interpretativa dos primeiros movimentos populares que surgem ainda sob o domínio militar.

Ao longo do processo de democratização, o termo sociedade civil, recorrentemente empregado, apresentava traços conceituais muito difusos. Pois, tratava-se de um conceito genérico que incorporava desde as organizações de base, organizações de profissionais liberais até a igreja progressista, passando então pelo chamado “novo sindicalismo”, por setores do empresariado progressista até partido político. No decorrer da “redemocratização”, a diferenciação interna da sociedade civil se tornou mais evidente e, o conjunto múltiplo de demandas e de interesses de suas diferentes organizações – mulheres, trabalhadores, empresários, clero, jovens, negros, ecologia e etc. – revelam-se incompatíveis entre si.

Ao mesmo tempo, contudo, percebe-se que um conjunto igualmente significativo de organizações percorre um caminho de certa maneira contrário, desconsiderando suas especificidades, assumindo funções e padrões de ação, ora próprios das instituições públicas, ora das instituições de mercado. Nesse mesmo movimento, se instaura no Brasil o neoliberalismo espriando a crença de que o mercado é *per se* o motor da modernização, levando muitas organizações sociais a reformulem suas diretrizes de ação – chamada de missão –, substituindo a solidariedade e a democracia interna pela otimização do custo/benefício de seu agir pelo social.

Nessa mesma linha, Cruz (2005) chama atenção para a investida de setores empresariais nas parcerias com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que, sob o lema retórico da “responsabilidade social da empresa”, pode fazer crescer o montante de recursos e consequentemente a agilidade operacional de muitas organizações civis. Trata-se de mera estratégia de instrumentalização da legitimidade das organizações civis, visando conquistar ou consolidar novos consumidores e ampliar o *marketing* social da empresa.

Por sua vez, a ação sistemática do governo federal, a partir de 1999, no sentido de regular suas relações com a sociedade civil instituiu a chamada lei do Terceiro Setor constituindo assim, as OSCIPs. Ao mesmo tempo em que as iniciativas do governo federal estabelecem diretrizes para o aproveitamento institucional dos recursos mobilizatórios da sociedade, a implantação de tais medidas, no contexto de reforma do Estado e de duras restrições para os investimentos sociais, torna ambígua a posição das OSCIPs. Caracteriza-se, assim a ampliação da participação da sociedade civil no Estado e o uso instrumental dessa participação no contexto das políticas de ajuste fiscal. Isto porque ambos não somente requerem a participação de uma sociedade civil ativa e propositiva, mas se baseiam nas mesmas referências: a construção da cidadania, a participação cívica, a responsabilidade social e a solidariedade. No presente, essa “confluência perversa” acabou por aprofundar uma compreensão limitada e limitante da democracia, cujo conceito central é a democracia representativa como meta e fim do processo. Uma das consequências dessa situação é a transformação de direitos sociais em serviços definidos pela lógica de mercado e a transformação do cidadão em consumidor.

No campo educacional, as parcerias com a sociedade civil são marcadas pela indistinção entre público e privado. O movimento de

professores, alunos e pais parece ignorar que existem muitos grupos de interesse que têm obtido enormes vantagens drenando, do alto do sistema educacional, grande somas de recursos que supostamente deveriam beneficiar as unidades escolares: os exemplos dos *lobbies* das editoras de livros didáticos, das tecnologias de informação, transporte escolar, contrato de terceirização de serviços, uma infinidade de convênios e parcerias, dos fornecedores de merenda escolar ilustram com eloquência esse fato, atualmente chamado de parceria entre público e privado.

Para Paoli (2002), as imposições econômicas – crise financeira mundial -, heranças culturais e interesses particulares talvez nos ajude a entender a importância do surgimento relativamente recente de uma assim chamada “sociedade civil” que, primeiramente através de movimentos populares politizados, e depois de organizações não-governamentais profissionalizadas, deslocou a ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social.

Se o caminho aberto pelos movimentos sociais era fortemente politizado e implicava a demanda direta da população carente organizada por bem público, o caminho das ONGs opta por representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos dispensando a base ampliada da participação popular. Desse modo, diferentes práticas de responsabilização e compromisso desenham um conflito potencial que diferencia internamente as múltiplas organizações que constituem a emergência daquilo que se entende por sociedade civil no Brasil, e que tende a se tornar critérios cada vez mais presentes no debate sobre seu sentido. (PAOLI, 2002, p. 378)

De outro lado, é visível que esta mobilização e os programas de governos oculta as práticas que aprofundam a exclusão social e desorientam politicamente a própria sociedade brasileira, além de ocupar vantajosamente, em termos de seus interesses particulares, o próprio espaço que abre como ação civil para um setor social focado.

A substituição dos movimentos sociais pela ideia de sociedade civil, com sua autoinvestida de responsabilidade social no Brasil está diretamente ligada à substituição da ideia de deliberação participativa ampliada sobre os bens públicos, pela noção de gestão eficaz de recursos sociais, cuja distribuição é decidida aleatória e privadamente. Trata-se da construção de um “discurso sem opositores” no sentido que se afirmava

como uma dessas “causas generosas” que suscitam *a priori* a simpatia de todos. Nesse caso, são práticas que desmancham a referência pública e política para reduzir as injustiças sociais.

Imediatamente com a consolidação do neoliberalismo a aspiração de autonomia pública dos movimentos sociais tomou gradativamente a forma de organizações públicas não estatais. Às novas instituições corporificou-se a noção de “sociedade civil” e diluíram-se variavelmente as linguagens dos conflitos, a visibilidade das lutas populares e as utopias republicanas. É neste contexto de simultaneidade entre a redução de políticas públicas voltadas para promoção das garantias dos direitos sociais, de um lado, e da abertura do espaço à ações sociais privadas, de outro, que se entende os alcances e limites da noção de sociedade civil. Estabeleceu-se, a partir daí, um surpreendente e estranho consenso entre partidos, governos, agências multilaterais de desenvolvimento e organizações civis, valorizando a contribuição da sociedade civil à democracia. Entretanto, essa aparente unidade oculta uma diversidade de projetos e uma ideia pobre e reducionista da sociedade civil equivalente ao Terceiro Setor, ou redes de ONGs, como um pólo de virtude diante da maldade intrínseca do Estado.

Este movimento gestou novas interpretações acerca do Estado, antes entendido como inimigo, com o qual se tinha uma relação de confrontação, para o entendimento do Estado como uma instituição com a qual se pode e se deve cooperar. Dessa forma, a sociedade civil, em sua heterogeneidade organizacional perdeu o sentido e o campo de crítica e emerge apenas com a cooperação em que cabe todo o tipo de associações civis, entendidas como organizações privadas para a ação pública. Com efeito, tal metamorfose efetiva a despilitização das relações entre a sociedade e o Estado já que o conflito desaparece da cena pública. (DAGNINO, 2006)

Na retórica neoconservadora, ganha espaço a sociedade civil “virtuosa” e “moderna”, como aquela que não contesta, mas concede através da filantropia, da parceria e do voluntariado os bens e serviços sociais. A ressignificação do conceito de sociedade civil como equivalência de movimentos sociais, ONGs, economia social e Terceiro Setor em harmonia com o Estado, ao mesmo tempo em que manipula e maneja os conflitos para o interior da sociedade civil supõe que as empresas e as entidades sem fins lucrativos possam se combinar e atender às necessidades pontuais e localizadas dos grupos mais vulneráveis, objetivando com isso quebrar a espinha dorsal dos espaços organizativos das classes subalternas.

No campo das identidades coletivas e suas representações as associações civis passaram a se denominar representantes da sociedade – caso das ONGs e fundações privadas -, seja por que o Estado passou a lidar institucionalmente com uma representação *oficial* da sociedade civil. Desse modo, crescem as formas como os atores sociais exercem, nessas instituições, a apresentação de certos temas, como a educação, saúde ou interesses urbanos e o fato de que, em instituições como os conselhos gestores e de políticas, alguns são eleitos com o intuito de exercerem o papel de representantes da sociedade civil.

Trata-se da defesa de um modelo político que separa radicalmente a sociedade civil da sociedade política, construindo uma dicotomia simbólica entre uma sociedade civil homogênea e virtuosa e um Estado igualmente homogêneo, que “encarna” todos os vícios da política concebida simplesmente, como uma mera luta pelo poder, visando a governança. Na prática evidencia-se que, de fato, existem diversos projetos políticos subjacentes com um discurso aparentemente homogêneo, alguns mais orientados para a participação como forma de assegurar a governabilidade e outros que apelam ao predomínio do técnico-gereencial e da despolitização expressa.

No plano internacional as teorias dos movimentos sociais foram se convertendo paulatinamente em teoria da sociedade civil. As críticas recebidas mais as evidências empíricas de burocratização do ativismo aprofundaram a crise da distinção entre novos e tradicionais movimentos. A teoria deixou de associar a inovação a um ator para atrelá-la a ideia de sociedade civil. Nessa nova acepção a sociedade civil não é Estado, nem mercado, nem a esfera privado-íntima. Da sociedade civil nasceriam demandas por autonomia não referidas nem ao poder político-institucional, nem a benefícios materiais, nem ao autointeresse, mas a consolidação de um novo civismo. A conjunção entre a teoria do espaço público, que já estava em Habermas e Arendt, com a de sociedade civil, recuperada por Touraine, foi cristalizada em Cohen e Arato (2000), que na Europa e EUA virou referência na década de 1990. Esse novo espaço tornou-se o tema principal dos herdeiros da teoria dos movimentos sociais, que se deslocaram massivamente do estudo de movimentos sociais para o da sociedade civil. Consequentemente a profusão de trabalhos empíricos não mais sobre o ativismo, mas sobre participação social, democracia deliberativa e seus correlatos.

No Brasil a teoria da sociedade civil herdou a hegemonia dos pesquisadores dos movimentos sociais, orientando estudos acerca da au-

tonomia dos atores da sociedade civil em relação às instituições políticas “tradicionais” e de inovações políticas na participação deles em arenas decisórias e em experiências de democracia deliberativa dos conselhos de políticas e de gestão (Costa, 1994; Avritzer, 1994; Alvarez, Escobar e Dagnino, 2000). Consequentemente, os estudos especificamente sobre movimentos sociais caíram em desuso na virada de século.

Assim, no Século XXI, o debate acadêmico vem sendo marcado pelo misterioso sumiço dos movimentos sociais e pelos ritos de consagração das organizações não governamentais como fase avançada e de superação dos movimentos sociais. Nessa trama, os direitos sociais no Brasil, assim como o conteúdo do sistema de proteção social prestado pelo Estado que foram constituídos, ao longo das últimas décadas, pela articulação dos movimentos e organizações sociais nos anos 1980 deslocou o tema da desigualdade social do âmbito da relação entre capital e trabalho para o âmbito exclusivo das características culturais com ações focalizadas aos mais vulneráveis. “O que permite a ‘inclusão’ não por direito de cidadania, mais por ser mais ‘pobre’ do que o vizinho – não garantindo, portanto, a base de igualdade necessária a uma verdadeira política social”. (SADER, 2004, p.41).

A ESCOLA, A SOCIEDADE CIVIL E O SOCIAL: NÃO À TRANSFORMAÇÃO, SIM À INCLUSÃO!

No que se refere à escola, já a partir de 1980 alguns estudos sobre os movimentos sociais começaram a relacionar a questão da educação aos movimentos na tentativa de identificar em suas lutas a preocupação com a escola, preferencialmente nas periferias urbanas. Esses estudos, porém, não chegaram a envolver a reflexão sobre a dimensão educativa dos movimentos em suas possibilidades e limites de articulação com a emergente sociedade civil. De modo geral, predomina até hoje, a polarização que se transformou em marca do pensamento educacional: ou se trata da educação somente através da escola ou não se entra nessa discussão ou, se sim, reduz-se tudo a educação escolar.

No plano teórico, a década de 1980 foi também o momento em que se desenvolveu um vigoroso pensamento crítico em torno de três temáticas principais: a) a evidência da reprodução das desigualdades, sobretudo nos domínios da educação e da cultura; b) a denúncia da perpetuação da injustiça social e da exploração da força de trabalho; e c) a presença dos “excluídos da sociedade”.

Em tal contexto aparece a necessidade de atacar a “baixa qualificação”, como forma de solucionar a problemática acima apontada. A expansão do acesso a escola pressionada pelas mobilizações sociais em face ao desenvolvimento do modelo urbano-industrial colocou a escola no centro das atenções e possibilitou a emergência de uma nova classe média bem instruída e empregada – no ensino superior e em diferentes órgãos de governos. Atualmente é ilusório pensar que os “não-empregados” possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade. O tipo de formação e de socialização promovido pela escola, naquele momento, possibilitou a imigração para a cidade dos jovens do meio rural e a formação de um operariado instruído. Hoje,

nem todo mundo é qualificado e competente, e a elevação do nível de formação continua sendo um objetivo social. Mas este imperativo democrático não deve dissimular um problema novo e grave [frente à reestruturação produtiva ou fase de acumulação flexível como diria Havey]: a possível não-empregabilidade dos qualificados. (CASTEL, 2001, p.521)

Para Offe (1984), as políticas sociais implementadas a partir do Pós-Guerra promoveram a qualificação dos trabalhadores, controlando, mantendo e regulando o excedente. Isto é, a parcela de mão de obra que permaneceria disponível para as demandas do mercado. Segundo o autor, a legitimidade do Estado residia, juntamente, na esfera econômica, pois as demandas do mercado encontravam ressonância no seio do próprio Estado, que se constituía, assim, como um conjunto heterogêneo de instituições políticas, sociais e administrativa, cujos objetivos passam a ser gerir as estruturas de socialização da economia capitalista.

A reorientação das políticas sociais, a partir dos anos 1990, marcadas pela retração, provocou a instauração de uma crise nos vínculos sociais, pois, segundo Castel (2001, p. 509), “o indivíduo encontra-se em contato imediato com a lógica da sociedade salarial entregue a si mesma que dissolveu, juntamente com as solidariedades concreta, os grandes atores coletivos cujo antagonismo cimentava a unidade da sociedade”.

As relações que o autor define como “sociedade salarial”, consiste na mediação dos direitos e garantias sociais, com base na divisão social do trabalho, mediação esta construída histórica e politicamente nos anos do pós-guerra do século XX. É essa articulação entre trabalho, direitos e proteção social que vem sendo desfeita, atualmente. E é nessa des-

montagem que se configura a “nova questão social” que Castel procura desvendar, ou seja, constata uma situação de vulnerabilidade de massa, que evoca situações que se imaginavam definitivamente superadas e que se instalam nos núcleos dinâmicos da modernidade capitalista, tanto no centro como na periferia, abalando os laços de pertencimentos sociais.

Em tal contexto o corporativo ameaça substituir o interesse geral. Nesse caso, o objetivo de cada indivíduo passa a ser sobreviver e, se possível, melhorar sua própria trajetória e a de sua família, e a vida social corre o risco de ser vivida como luta pela sobrevivência. Isto porque o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego, a precarização do trabalho. Essa investida do capital sobre o trabalho, na atualidade, se expressa na adaptação dos direitos às exigências de eficácia e competitividade do mercado, adaptação esta, que a rigor significa a erosão dos laços sociais, por conta da multiplicação de situações de trabalho e de vida que escapam aos procedimentos estabelecidos de regulação pública. Essa multiplicidade diz respeito ao “estatuto da condição salarial como suporte de identidade social e de integração comunitária” (CASTEL, 2001, p. 415) que cristalizou as relações de trabalho na sociedade e pela forma que o mundo do trabalho mantém com a sociedade global.

O pensamento pedagógico em contato com os acontecimentos, ações e debates que disputam o sentido social e político destas transformações levou à elaboração de uma noção de cidadania, como método de inclusão e gestão democrática, sem estabelecer distinções analíticas claras entre o espaço público e os interesses privados, para compreensão crítica da exclusão social e política e para avaliação de sua dinâmica. No atual contexto econômico e político, o conjunto dessas indistinções e conceitos não permite conectar, concretamente, as políticas de desregulamentação ao empobrecimento do campo político anteriormente prometido pela ampliação da participação popular, bem como que o aprofundamento das desigualdades tem haver com essa lógica. Aponta a gestão democrática e a escola como principal responsável pela cidadania, democracia, enfim pela distribuição de renda.

Com relação à “gestão democrática”, a partir de 1968, os termos gestão e autogestão conquistaram o espaço acadêmico e sindical para designar novas formas de organização política, econômica e social, confundindo-se com a noção de autonomia. No Brasil dos anos 1990, o termo gestão ganha o adjetivo democrática, gestão democrática. Nota-se que se retirou de cena as reivindicações pela ampliação dos valores democráticos e de revisão de seus valores fundantes – dentre eles, o tema

da participação política e o da representação política que a ele se associa, substituídas pela ideia de sociedade civil – não se fazem presentes nos círculos de esquerda e aparecem ressignificados em discursos de diferentes atores sociais, de partidos políticos, empresariado com orientações diferentes, guardando pouca identidade com suas origens, pois seu uso instrumental o aproxima da noção de descentralização presente nas “políticas” educacionais.

A despeito de todas as tentativas iniciadas por diferentes experiências governamentais de descentralização em seus sistemas de ensino, os limites postos pela burocracia e pela tradição de cultura centralizadora parecem constituir um campo de tensão no planejamento educacional. De qualquer forma, é importante assinalar que às escolas tem sido permitido utilizar suas ideias e projetos político-pedagógicos, simplesmente pela necessidade de se estabelecer parceria com a sociedade civil, espalhando o consenso de que bons “projetos” atrairão um maior aporte de recursos, aliviando, assim, parte do ônus estatal.

Assim, a preocupação com a gestão democrática e a administração pública gerencial se alia na busca da qualidade da educação, da eficácia e eficiência dos gastos públicos na área social. Dizendo de outra forma, o objetivo se desloca da participação da “comunidade” na vida escolar de seus filhos, para outras formas de gestão das políticas públicas. Isto é, para a necessidade de reorganização da própria escola e adaptação do quadro de pessoal à lógica do mercado, no que se refere à qualidade, eficácia e eficiência.

Sincronicamente, os deslocamentos de sentido e o empobrecimento das palavras como sociedade civil, democracia, inclusão e cidadania só se acentuaram. Nesses termos, o cerne da redefinição da noção de cidadania é a diluição daquilo que constitui o núcleo da mesma, a ideia de direitos universais. Utilizar-se também a justificativa de eliminar “privilégios” de alguns setores de trabalhadores, identificando e reduzindo a ação política à solidariedade com os “carentes”, entendida como mera caridade. Nega a politização como constituição de um sujeito ativo responsável pela redefinição de seu lugar na sociedade e de seu próprio dever, que luta por ampliar o âmbito político institucionalizado, questionando as fronteiras instituídas da política, do social, do econômico. Ou no dizer de Schwrtzman (2006), “uma sociedade em que a cidadania passa a comportar “graus” (...) e a ser definida pelo movimento social, partido político ou burocrata de plantão. Um país com políticas sociais baseadas em critérios de culpa, expiação e reparação de pecados coletivos”.

De toda forma, buscar a coesão social por meio das empresas, suas fundações e organizações da sociedade civil de interesse público é desconhecer que essas instituições expressam a lógica do mercado, da economia, que é o campo institucional unicamente das empresas. A problemática da coesão social não é do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade, mas por participação e representação política. Portanto, é necessário recusar a vigente ideia de participação social e de que a sociedade civil poder arcar com as soluções para a questão social atual.

A resposta para a questão social é sempre um conjunto de mecanismos montados para promover e efetivar a integração entre capital e trabalho. É uma resposta frente a inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade ameaçada de ruptura, objetivando a integração da classe trabalhadora. Ou seja: fazer com “que cada um fique em seu lugar, mas fazer com que haja um lugar” (CASTEL, 2001, p.278). Assim, fazer o lugar do social é a instrumentalização prática dos compromissos entre os interesses do mercado e as reivindicações dos trabalhadores.

ARREIMATE FINAL

Entendemos que para apreender a relação entre educação e sociedade civil no “chão” da escola, é necessário assinalar o vínculo entre as diferentes associações civis e sua transformação em canais de expressões de interesses e as dimensões universalizantes que dizem respeito à consolidação dos espaços públicos e superação das desigualdades pela consolidação dos direitos sociais. Essa questão é crucial ao pensarmos a publicização da escola brasileira pelas: a) especificidades das tradições, práticas e trajetórias das políticas sociais; b) relações entre as condições socioeconômicas, a partir das quais as desigualdades e seu recrudescimento se tornam visíveis; c) condições, práticas e formas de participação do Terceiro Setor; d) função social da escola e o sentido que as famílias atribuem a escola.

Em Arendt (2000, p. 223), a escola significa “um novo começo” a natalidade para o mundo, o abandono da vida privada familiar e o ingresso no mundo público: “a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres *nascem* para o mundo”. Assim, a criança para o educador possui um duplo aspecto: “é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em um processo de formação; é um novo ser humano e é um ser humano em formação”. Para a autora a “perda do mundo comum, equivalente a privação de um mundo compartilhado de significações”, decorrente da

eliminação da esfera pública e da diluição da distinção entre o público e o privado; bem como do estabelecimento da instrumentalidade e do consumo como os modos básicos de se relacionar com as coisas no mundo.

A democracia e a cidadania definidas como ação política exige uma dimensão mais substancial e radical do que o sentido em voga. A partir dos pressupostos elaborados por Arendt, a posse de direito deve combinar-se como uma série de atributos e virtudes que fazem dos indivíduos cidadãos ativos em consonância e ir mais além do que a lei lhes concede. O exercício da cidadania se vincula, nessa perspectiva, ao reconhecimento de certas responsabilidades derivadas de um conjunto de valores construtivos daquilo que poderia definir-se como o campo da ética cidadã. Assim, a cidadania é considerada uma dimensão que excede o meramente formal para vincular-se, de forma indissolúvel, a um tipo de ação política, bem como de possibilidades concretas para a realização dos atributos que a definem, como “o direito a ter direito”.

Desse ponto de vista, talvez se possa afirmar que, as tensões vivenciadas na escola entre uma possível experiência de igualdade e de sua reinvenção e a possibilidade de uma gestão democrática dizem respeito aos tempos sombrios de deslocamento e esquecimento da política. Assim, apesar de todas as esperanças que foram depositadas nos mecanismos de participação, talvez seja possível pensar essas inovações como parte de um manto nebuloso de normalidade que encobre condições miseráveis de vida e acaba por interditar a política e sua reinvenção para “as parcelas que aparecem como supérfluas, descartáveis, enumeráveis, inúteis e condenadas ao isolamento e à desolação proveniente de seu encapsulamento” (ARENDDT, 2000).

A celebração da fragmentação e dispersão das esferas sociais estimula o individualismo e, ao mesmo tempo, como diz Arendt, dá lugar a uma forma de vida determinada pela insegurança e pela violência institucionalizadas pela volatilidade do mercado. Insegurança e medo levam ao gosto pela intimidade, ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família e a vida doméstica contra um mundo hostil, ao retorno das formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião emergindo uma “religiosidade privada”, ou seja, a busca da religião como conforto pessoal ou segurança familiar e à adesão à autoridade política forte ou despótica. Reconhecer isto coloca a necessidade de consolidar os espaços públicos, fazendo com que a ideia de “*res publica*” ganhe as ruas, enfim reconhecer a vida em sociedade como espaço que não pode ser privatizado.

Referências

- ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: ed. UFMG.
- ARENDT, H. (2000). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- AVRITZER, L. (1994). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- AVRITZER, L. (1996). *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. (1964). Ação política e expansão da rede escolar: os interesses eleitorais do deputado estadual e a democratização do ensino secundário no estado de São Paulo. *Pesquisa e planejamento*, n8, São Paulo.
- CAMPOS, Maria M. Malta. (1982). *Escola e Participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado.
- CASTEL, R. (2001). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.
- COHEN, J. L. e ARATO, A. (2000). *Sociedad civil y teoria política*. Mexico; F.C.E.
- COSTA, S. (2002). *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2002.
- CRUZ, J. A. da. (2005). *Organizações Não Governamentais, Reforma do Estado e política no Brasil: Um estudo com base na realidade de Goiás*. Tese de Doutorado; Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp/SP.
- CRUZ, J. A. da. (2008). O pulso ainda pulsa? Movimentos sociais, educação e cultura política em tempos sombrios. In: GALVÃO, A. e SANTOS, G. L. dos. (Orgs.). *Escola, Currículo e Cultura, Educação, Trabalho e Movimentos Sociais*. Brasília: Editora Liber Livro.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J. e PANFICHI, A. (org). (2006). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.
- GOHN, M. G. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- NUNES, E. (1987). Movimentos populares na transição inconclusa. *Lua Nova* (Cedec), n. 13, setembro de 1987, pp. 92-94.
- OFFE, C. (1984). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
- PAIVA, V. (1980). Estado e educação popular: recolocando o problema. In: BEZERRA, A. & BRANDRÃO, C. R. (Org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense; 1980.
- PAOLI, M. C. (2002). Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PEREIRA, L. C. B. (1998). A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 45.
- RICCI, R. (2010). *Lulismo - Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto.

SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra.

SADER, E. (2004). *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo.

SCHWARTZMAN, S. (2006). Das estatísticas de cor ao estatuto da raça. *Folha de São Paulo*, 21 de abril de 2006.

TELLES, V. da S. (2001). *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34.

TOURAINÉ, A. (1978). *O retorno do actor: ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.

WEFFORT, (1988). *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense.

Abstract - Our goal, within the limits and scope of an article, is to understand how the struggles for expansion of Brazilian public schools develop the idea of citizenship, democracy and civil society, today, as in the speeches, documents, practices political-pedagogical governments, such as social organizations and the media to communicate in general. It is facing a paradox: a question as broad as the provision of public services and goods offered by "civil society" correspond to a small and somewhat marginal group of studies and research of both fields that intersect : education and sociology.

Key Words: *Civil society; Struggles for education; Citizenship and Democracy*

* Doutor em Educação pela Unicamp. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG. Membro do Núcleo de Estudos Rurais. Pesquisador e Orientador na Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, no PPGE – FE/UFG. *E-mail:* jadelsoncruz@uol.com.br